BIBLIOTECA
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

AGROANALYSIS

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

VOL. 1 — N.º 06 01 DE ABRIL DE 1977

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
BIBLIOTECA

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

338.105
0004
p
v.1, n.6, abr. 1977
R 2

AGROANALYSIS

é uma publicação quinzenal de análise da conjuntura agropecuária, editada pelo Grupo de Informação Agrícola.

COORDENADOR

Paulo Rabello de Castro, Ph. D.

EQUIPE TÉCNICA

Ailton Coentro Filho, M. S.
Bruno Marcus Rangel Pessanha, M.S.
Roberto Moreno Moreira, M. S.

EQUIPE DE APOJO

Aloísio da Cunha Nóbrega
Ana Maria Mendes Simões
Maria Eunice Rocha

AGROANALYSIS

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

vol. 1 nº 06 1º de abril de 1977

SUMÁRIO

ANÁLISE DA QUINZENA

Soja: Confisco versus Políticas Alternativas (pág. 2)

COMENTÁRIOS DA QUINZENA

Cacau: estoque mundial reduzido poderá viabilizar expectativa de elevada receita cambial ... (pág. 7)

Pecuária Leiteira: reestruturação é fator mais relevante para a solução dos problemas do setor (pág. 8)

Suco Cítrico: mercado firme favorecerá exportações brasileiras (pág. 9)

NOTAS ESTATÍSTICAS

A potencialidade dos mercados mundiais para alguns de nossos produtos agropecuários pode abrir novas perspectivas às exportações (pág. 11)

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

357887

ANÁLISE DA QUINZENA

Soja: Confisco versus Políticas Alternativas

Depois de sucessivos desmentidos de porta-vozes de nossa política econômica, o governo estabeleceu o confisco cambial (apelidado aqui de "quota de contribuição") para as exportações de soja e derivados. A medida, entretanto, não chegou a colher de surpresa os setores envolvidos, que já davam como certa a intervenção que alteraria as regras da comercialização daqueles produtos.

Levando-se em conta a importância que a soja assumiu no cenário econômico nacional, a medida tomada pelo governo deverá ter repercussões cujos contornos provavelmente ainda não estão totalmente claros para os setores interessados na lavoura e agroindústria da soja no país. Antes, porém, de comentar com maior detalhe o significado e possíveis alternativas de tal política, recapitulemos rapidamente os antecedentes do atual impasse em que se transformou o fenômeno da soja no Brasil: ao mesmo tempo em que acenava com as esperanças de solucionar os problemas de nossa balança comercial, a soja também ameaçava transformar-se em incômodo fator de estímulo à inflação interna.

Nos últimos anos, a soja tornou-se, juntamente com seus derivados, o segundo produto em valor na pauta de exportações brasileiras. Inicialmente, foi estimulada por uma conjuntura de altos preços internacionais, e a seguir, apoiada por uma política de incentivos fiscais dirigida ao incremento das vendas externas de seus derivados. A repentina mudança do quadro econômico internacional, a partir de 1974 - aumento do preço do petróleo, acompanhado por uma recessão mundial - obrigou o governo brasileiro a apoiar aqueles produtos de maiores possibilidades de exportação, para fazer frente aos sucessivos déficits comerciais que ameaçavam nossa credibilidade internacional.

Assim, o complexo soja (grão, farelo e óleo), que representou 2,6% do valor total das exportações brasileiras em 1970, aumentou sua participação relativa para 17,6% no total exportado em

1976. No entanto, da desesperada luta pelo incremento das exportações de soja, resultou penalizado o mercado interno: no ano passado o consumidor brasileiro sofreu as consequências da alta do preço internacional, pagando mais caro pelo farelo, pelo óleo,e pelos produtos dependentes dessas matérias-primas.

Atento para o problema da inflação, por sinal não menos grave que o do balanço de pagamentos, o governo procurava uma forma de garantir o mercado interno de farelo e óleo para este ano e evitar aumentos de preços insuportáveis para os consumidores desses produtos. Assim, em fevereiro, a CACEX especificou quotas de 1,2 milhão de ton de farelo e 1 milhão de ton de óleo, que deveriam ser reservadas pela indústria para o atendimento do consumo interno em 1977. Entretanto, a escassez no mercado internacional da soja, impulsionou as cotações na Bolsa de Chicago à casa dos US$ 320 por ton em março, obrigando o governo brasileiro a uma intervenção mais drástica na comercialização da leguminosa, resultando daí o confisco cambial.

Constituindo-se em uma medida obviamente antipática, o confisco cambial, qual moderna "derrama", irá mutilar a renda gerada pelo trabalho dos produtores. A instituição da medida deveria pois, ter sido afastada em benefício de medidas alternativas que alcançassem o mesmo propósito pretendido com o confisco - conter a taxa inflacionária - mas que mantivessem assegurada a renda do produtor do grão livre das "contribuições" compulsórias que somente criam expectativas desfavoráveis entre os produtores, tornando-os inseguros e indefinidas as regras do jogo.

Uma alternativa neste sentido poderia ser obtida via manipulação da política tributária que tornasse mais barato o óleo e o farelo de soja para consumo interno, estimulando as exportações de produtos que incorporam o farelo como matéria-prima em sua produção, como é o caso de aves e ovos, por exemplo.

Neste ponto, cabe um pequeno parêntese para discutir certos aspectos econômicos ligados às exportações de farelo de soja. Argumenta-se, ordinariamente, que é melhor para o país aumentar as exportações de farelo do que incentivar as exportações de soja em grãos, uma vez que exportar o produto de maior valor adicionado é sempre mais desejável do ponto de vista sócio-econômico. Este argumento - que res

palda os interesses da indústria de esmagamento em absorver uma fração cada vez maior da produção de soja em grão - é discutível, neste caso, sob vários aspectos. Além de não considerar as consequências negativas da possível perda do mercado de grãos (na Europa Ocidental e no Japão) em proveito dos EUA, maiores exportações de farelo poderão resultar em uma atitude defensiva da Europa Ocidental, que também dispõe de um amplo parque industrial de esmagamento

Mais importante ainda, é a observação de que uma suficiente disponibilidade interna de farelo de soja irá conter a inflação de custos no setor de produção de aves e ovos, fortalecendo nossa capacidade de competição no mercado internacional desses produtos.

É curioso observar que o argumento do valor adicionado pode ser aplicado com vantagem à exportação de frangos: ao invés de se procurar exportar mais farelo pelo seu maior valor agregado comparativamente ao grão, a alternativa seria exportar mais aves, destinando-se mais farelo para consumo interno. Isto leva em conta justamente o argumento da ampliação das vendas externas de produtos de maior valor agregado.

Retomando o raciocínio anterior, discutíamos uma medida alternativa ao confisco estabelecido pelo governo. Isto poderia se traduzir por uma imediata retirada do crédito de 8% do IPI atualmente concedido à exportação de óleo e uma simultânea elevação da alíquota de ICM que grava as exportações de farelo. Note-se que esta alternativa assemelha-se formalmente a um confisco que penalizaria apenas a exportação de óleo e farelo, resguardando a renda do produtor do grão. Implementada através dos mecanismos fiscais, entretanto, tem a vantagem de ter um custo político inferior ao do confisco. Em contrapartida, o governo concederia um incentivo fiscal ao produtor de rações, com o objetivo de suavizar os custos dos produtores de aves, suinos e bovinos de leite, bem como elevar a competitividade de nossas exportações de carne de frango para o mercado mundial, como foi comentado acima.

A inexpressividade da participação brasileira nas exportações mundiais de frangos contrasta com a crescente potencialidade deste mercado: em 1975, o Brasil exportou, pela primeira vez, 3,5 mil ton de frango congelado, que renderam US$ 3,3 milhões. Em 1976, já

alcançavam 19,6 mil ton as vendas externas desse produto, resultando numa receita de US$ 19,6 milhões. Esses números já indicam a crescente receptividade do produto brasileiro. Entretanto, nossa participação é ainda insignificante comparada às dimensões do mercado. Para ilustrar, basta citar alguns números da exportação norte-americana: nos primeiros meses do ano passado, os EUA obtiveram um total de US$ 226 milhões com a exportação de aves e ovos, o que representou um incremento de 63% sobre o mesmo período de 1975. As exportações de frangos congelados mais do que duplicaram, alcançando US$ 112 milhões. Finalmente, os altos preços do farelo de soja no mercado internacional tem fortalecido as cotações no mercado futuro de frangos, o que é mais um fator a favorecer as exportações brasileiras deste produto. Este quadro atesta as imensas possibilidades ainda não exploradas pelo Brasil neste setor.

Portanto, a necessidade de diversificação e ampliação de nossa pauta de exportações impõe a tomada de medidas que garantam as investidas iniciais de novos produtos de exportação, como é o caso dos frangos. Para tanto, poderia se dispensar a adoção do confisco cambial, substituindo-o por uma eficiente articulação do sistema de impostos e incentivos fiscais que penalizasse as exportações de óleo e farelo e incentivasse a produção e exportação de produtos de maior valor agregado que utilizam o farelo como matéria-prima. Este remanejamento fiscal resultaria em diversas vantagens:

- evitar-se-ia o custo político da adoção do confisco cambial;
- os preços internos do complexo soja ficariam menos sujeitos à escalada dos preços internacionais, na medida em que fatias crescentes da produção nacional seriam destinadas aos fabricantes brasileiros de rações;
- a produção brasileira de soja e derivados seria mais independente dos compradores mundiais pois mesmo que ocorresse uma eventual baixa nos preços internacionais, parte da exportação frustrada seria absorvida pelos consumidores internos;
- seria intensificada a diversificação da pauta de exportações.

Uma segunda alternativa à medida efetivamente tomada pelo governo poderia ser a instituição de uma quota de contribuição restituível, sobre as exportações do complexo soja. A idéia seria proteger os produtores nacionais das oscilações do mercado mundial e funcionaria como um fundo de reserva, cujo objetivo seria manter a estabilidade da receita de exportação. Assim, por exemplo, em situação de baixa de preços, o fundo seria revertido em benefício dos próprios produtores. Os benefícios dessa segunda alternativa seriam, principalmente, as seguintes:

- constituição de uma reserva para a eventualidade de ocorrerem, no futuro, situações de mercado adversas;
- neste ano de elevadas cotações, os dólares absorvidos pelo fundo de reserva seriam efetivamente esterilizados, o que não ocorrerá com o confisco estabelecido pelo governo, que subsidiará o consumo.

Vislumbram-se, assim, alternativas válidas à recente medida do confisco cambial imposta aos produtores de soja e derivados. A primeira alternativa aqui proposta - remanejamento fiscal - resultaria na série de vantagens sobre as quais fizemos breve comentário, destacando o aspecto político da medida, que, diferente do confisco, não violentaria a renda dos produtores. A segunda alternativa - contribuição restituível - é mais próxima daquela efetivamente levada à cabo pelo governo, com a diferença principal de excluir temporariamente parte da receita de exportação do fluxo monetário interno.

*****
****
***
**
*

COMENTÁRIOS DA QUINZENA

*** CACAU

A escalada de preços que vive o mercado cacaueiro internacional há 18 meses, se reveste de características inéditas. Numa vertiginosa corrida, os preços praticamente triplicaram no período, culminando com o recorde de 219 cents/lb-peso em 7/3/77. Os principais fatores desse fenômeno são:

- perspectiva de quebra da safra 76/77;
- presença constante de mercado manufatureiro altamente comprador;
- estratégia de vendas implementada por Gana e Nigéria, com controle rígido da oferta;
- elementos circunstanciais tais como a greve nas docas holandesas e o inverno rigoroso no hemisfério norte.

O pico atingido pela cotação (praticamente 2 vezes o recorde anterior de maio de 1974 - 116,8 cents/lb-peso) surpreendeu mesmo a maioria dos analistas que esperava na reação do consumidor a interrupção da escalada inexorável dos preços. Embora os aumentos verificados na matéria-prima não tenham sido totalmente transferidos ao produto final, o comportamento do consumidor tem se caracterizado pela absorção das majorações já praticadas. Além disso, a posição de expectativa dos EUA e URSS (aguardam redução de preços para efetivação de compras) tem contribuido, de certa forma, para menor instabilidade dos preços.

A queda abrupta das cotações verificadas no terminal londrino, no período de 7 a 10 de março corrente (US$4.800,00/ton para US$ 3.600,00/ton - entrega imediata) resultou da excessiva liquidação de títulos, decorrente da notícia de que os depósitos para garantia da comercialização seriam fortemente elevados.

A mudança de expectativa com relação à safra temporã brasileira que, a princípio, se julgava frustrada, incorpora no

vos elementos ao mercado internacional no período da entressafra (maio/setembro). Sendo o Brasil o único produtor no período, a nova previsão divulgada no exterior de que a colheita temporã poderá ser recorde (entre 2,6 a 3,0 milhões de sacas) possibilitaria a repetição do ocorrido em 1975, quando as cotações ficaram nitidamente abaixo das praticadas na safra.

Diante desse quadro, uma política de controle da oferta (a exemplo de Gana e Nigéria) nos meses de maio e junho, constituir-se-á em obstáculos à queda de preços, caso se concretize a expectativa de super colheita temporã. A implementação de medidas neste sentido forçaria a redução de estoques mundiais - avaliados como suficientes para suprir apenas 3 meses de consumo - e, obviamente, favoreceria a sustentação de preços.

O estoque mundial para o final da temporada 1976/1977 (final de setembro) é estimado em 354.000 ton, cerca de 19% abaixo do estoque de 1976. Nessas condições, utilizando-se do controle da oferta, o Brasil poderá elevar a entrada de divisas.

*** PECUÁRIA LEITEIRA

Os produtores de leite estão reivindicando que o governo antecipe sua programação e conceda hoje o aumento previsto apenas para julho/77 (Cr$ 3,20). O pedido confirma a tendência de o setor culpar sempre o preço não-remunerador como causa primeira da escassez do produto.

Na verdade, a baixa rentabilidade alcançada pelo setor é fruto mais da ineficiência produtiva que do preço fixado pelo governo, embora este último fator contribua para o problema. O leite total recebido num grande centro é oriundo não só de pequenas propriedades, caracterizadas pela baixa tecnificação, como de explorações racionais onde o nível tecnológico empregado é bastante satisfatório. É difícil quantificar a parcela da escassez que pode ser atribuída a esses agentes.

Ao argumento de que aumentos de preços geram pressão

inflacionária, a classe sugere o subsídio ao produtor, o que pode alimentar a inflação. Por outro lado, o Conselho de Política Fazendária estuda a isenção do ICM para o leite destinado ao consumo, solução que, se tem menor impacto sobre o índice de preços, penaliza os estados produtores de leite com a redução da receita.

A reestruturação do setor, dando ênfase às propriedades que consigam uma escala ótima de produção com consequente aumento da produtividade, parece ser a solução do problema, de acordo com estudos feitos por entidade do setor agrícola. Naturalmente, esta é uma reestruturação de longo prazo porque envolve aprimorar o rebanho existente, resolver o problema de alimentação do rebanho (principalmente na entressafra) e adequar as instalações atuais às novas condições. Este esforço exigiria recursos fornecidos pelas autoridades governamentais em condições especiais que, se contribui para alimentar a inflação, tem a grande vantagem de extinguir ou, pelo menos, reduzir substancialmente os problemas que afligem o setor.

*** SUCO CÍTRICO

Apenas alguns dias de geada no sul dos Estados Unidos, puseram fim à longa tendência de deterioração de preços do concentrado de laranja. De fato, em abril do ano passado, havia uma expectativa de quebra na safra americana, quando as cotações atingiram a US$ 0,65/lb-peso. Entretanto, como não se confirmou a esperada queda de produção, os preços iniciaram uma trajetória de baixa com expectativa de maior aviltamento no princípio deste ano, ante às notícias de nova safra recorde nos EUA.

Em janeiro de 1977, as notícias da geada provocaram imediata reversão da tendência baixista, quando as cotações dobraram em apenas 15 dias.

O vaivém e a morosidade que caracterizaram a atitude do USDA em divulgar os reais prejuízos ocorridos na Flórida, não foram suficientes para provocar a reversão dos preços que permanecem há 2 meses na casas dos 70-80 centavos de dólar/lb-peso. Na verdade,

se os relatórios iniciais liberados pelo USDA não configuravam redução de produção em relação à safra 75/76, as notícias posteriores confirmam menor produtividade das laranjas colhidas - menos do que 0,97 galão por caixa na 2a. semana de março contra a média da safra 75/76, de 1,29 galão por caixa - e rápido apodrecimento das frutas atingidas pela adversidade climática.

A nova estimativa de concentrado de laranja para a safra 76/77 da Flórida é de 170 milhões de galões (8,6% abaixo da safra 75/76). Esta menor produção deverá provocar redução substancial nos estoques, extremamente elevado na safra 75/76 (53,7 milhões de galões), a menos que os preços subam a ponto de refrear o consumo.

Mesmo que o relatório de abril do USDA antecipe grande produção da safra 77/78 na Flórida, pressupondo prejuízo mínimo causado pela geada (há estimativa de que 14,7% das laranjeiras e 5% das árvores de "grape-fruit" foram danificadas), os mercados futuros do concentrado de laranja deverão continuar firmes por muito tempo. A perdurarem tais condições de mercado, o Brasil tem condições de, no mínimo, duplicar o valor das exportações de 1976, quando alcançou US$ 100,9 milhões.

*****
****
***
**
*

NOTAS ESTATÍSTICAS

Em edição anterior (Agroanalysis nº 04), enfatizamos a diversificação da pauta de exportação brasileira como condição fundamental para voltarmos a obter - e manter - superávit no balanço comercial. É necessário avaliar a potencialidade dos mercados mundiais para os nossos produtos agropecuários, pois uma reduzida dimensão desses mercados pode se constituir no primeiro grande obstáculo à expansão e diversificação das exportações.

A tabela a seguir, descreve o valor real das exportações mundiais, a participação do Brasil nessas exportações e a relação entre a exportação e a produção mundial para uma série de produtos selecionados. O exame da tabela permite identificar o arroz, carnes em geral, citros e milho como os produtos que podem concorrer decisivamente no sentido de elevarmos a receita de exportação. Esses produtos partilham a característica comum de não terem, até aqui, apresentado contribuição marcante e contínua para nossa receita cambial. Além disso, a participação brasileira nas exportações mundiais desses produtos é inferior a 3%, o que indica amplas possibilidades de mercado ainda não exploradas pelo Brasil. Considerando o valor real das exportações mundiais em 74 observa-se que, na hipótese de aumentarmos em 1% nossa participação em um desses produtos no total mundial exportado, o ingresso adicional de divisas se situaria, em termos reais, entre US$ 13 418 mil - no caso de citros - e US$ 83 824 mil - no caso de carnes em geral. Em particular, o ítem aves pode proporcionar resultados bem alentadores a curto prazo. Até 74 nenhuma exportação era feita e, ainda hoje, o valor da exportação é negligível frente ao mercado existente, de modo que há muito a ser explorado. Naturalmente, não é possível esperarmos que nossa participação experimente um aumento dessa magnitude em curto espaço de tempo. O raciocínio, entretanto, serve para dimensionar a potencialidade desses mercados.

Observa-se também que:

- o mercado internacional do arroz é um desafio difícil. Apesar da dimensão do mercado e de nossa participação se situar em apenas 0,5% em 74, os grandes exportadores estão em posição previlegiada face a proximidade do mercado consumi

dor. A nossa desvantagem - custo de transporte - é difícil de ser superada;

- a exportação de citros, onde a participação brasileira foi apenas 0,8% em 74, depois de permanecer constante em 69 e 72 (0,5%), exige um alto controle de qualidade, restrição facilmente transponível. Apenas a laranja encontra dificuldade para a exportação dado a nossa posição de primeiros exportadores do concentrado, com um extenso parque industrial montado em São Paulo;
- no caso do milho nossa participação nas exportações mundiais experimentou um forte aumento de 72 para 74, alcançando 2,2% depois de uma redução ocorrida entre 69 e 72 - de 2,2% caiu para 0,4%. O valor mundial exportado em 74 é um bom indicador da potencialidade do mercado.

O exame dos mercados como desenvolvido acima, permite concluir que a dimensão desses mercados não é restrição relevante à diversificação da pauta brasileira de exportações. Ao contrário, na medida em que for possível eliminar os obstáculos que impedem maior participação do Brasil na exportação mundial dos produtos citados, abre-se um amplo campo de possibilidades para a colocação de nossos produtos no mercado externo.

EXPORTAÇÕES MUNDIAL E BRASILEIRA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS

PRODUTOS	VALOR REAL[1] DAS EXPORTAÇÕES - US$ 1.000						PARTICIPAÇÃO DO BRASIL (%) NA EXPORTAÇÃO MUNDIAL			EXPORTAÇÃO MUNDIAL/PRODUÇÃO MUNDIAL		
	MUNDIAL			BRASILEIRA								
	1969	1972	1974	1969	1972	1974	1969	1972	1974	1969	1972	1974
Açúcar[2]	7.038.350	10.587.440	20.598.073	398.908	1.251.506	2.963.651	5,7	11,8	14,4	48,5	52,8	52,6
Algodão [3]	4.220.102	5.163.204	6.438.275	356.267	309.246	118.064	8,4	6,0	1,8	15,8	14,7	13,2
Amendoim[4]	622.599	570.468	756.269	29.189	43.749	44.246	4,7	7,7	5,9	15,4	15,3	12,6
Arroz	2.498.438	2.041.777	3.813.526	13.559	236	20.909	0,5	0-0	0,5	2,8	3,1	2,7
Aves	506.690	678.919	784.248	—	—	—	—	—	—	2,8	3,0	3,2
Banana	879.695	942.613	770.504	16.937	14.861	20.653[8]	1,9	1,6	2,7	21,7	19,4	18,3
Cacau [5]	2.029.778	1.528.324	2.590.144	236.267	153.967	384.216	11,6	10,1	14,8	92,2	113,7	100,5
Café	4.317.628	5.004.934	5.156.768	1.409.423	1.533.911	997.246	32,6	30,6	19,3	86,4	74,7	69,5
Carne Bovina	2.825.468	4.588.932	4.469.157	72.205	262.374	126.918[8]	2,6	5,7	2,8	6,3	6,0	5,4
Carnes em Geral[9]	5.290.557	8.132.907	8.382.475	89.920	307.621	189.535	1,7	3,8	2,3	7,1	4,9	4,5
Citros [6]	1.233.625	1.475.477	1.341.810	6.347	7.618	10.605	0,5	0,5	0,8	16,9	15,8	15,6
Fumo	2.274.568	2.613.607	2.726.341	46.396	73.084	114.204	2,0	2,8	4,2	21,2	24,5	26,5
Milho	2.642.507	3.628.426	7.225.016	57.796	14.933	159.626	2,2	0,4	2,2	9,4	13,3	17,8
Óleo de Mamona	94.898	130.132	189.951	78.282	85.764	148.177	82,5	65,9	78,0	24,7	24,9	17,9
Sisal e outras Fibras	127.451	123.146	368.408	29.213	34.872	130.438	22,9	28,3	35,4	88,3	75,7	57,8
Soja[7]	2.518.636	5.569.887	8.167.057	91.302	527.708	1.029.856	3,6	9,5	12,6	35,1	45,3	53,8

Fonte: PRODUCTION YEARBOOK, TRADE YEARBOOK (FAO); COMMODITY YEARBOOK
Elaboração: GIA

1/ base: set/76
2/ açúcar demerara, centrifugado e refinado
3/ algodão em caroço, farelo, torta, em rama e óleo
4/ grão, farelo, torta e grão sem casca
5/ grão, pasta e manteiga
6/ laranja, tangerina, limão, lima e outros
7/ grão, farelo, torta e óleo
8/ estimativa da FAO
9/ inclui aves, carne bovina e outras carnes
0-0 participação negligível

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-educativo e Filantrópica, instituida em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudos dos problemas de organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativo e social, e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

SEDE: Praia de Botafogo, 190 – CAIXA POSTAL: 9.052
CEP. 20.000 - TEL.: 266-1512 – RIO DE JANEIRO - RJ

CONSELHO DIRETOR

Presidente: Luiz Simões Lopes
Vice-Presidente: Eugenio Gudin
Membros: Alberto Sá Souza de Britto Pereira, Carlos Medeiros Silva, João Carlos Vital, Jorge Oscar de Mello Flores, José Joaquim de Sá Freire Alvim e Rubens d'Almada Horta Pôrto.

CONSELHO CURADOR

Presidente: Maurício Nabuco
Vice-Presidente: Alberto Pires Amarante
Membros: Aldo Batista Franco, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antônio Garcia de Miranda Netto, Antônio Ribeiro França Filho, Apolônio Jorge de Faria Salles, Celso Timponi, Cezar Reis de Cantanhede e Almeida, Estado de São Paulo, Francisco Montojos, Heitor Campello Duarte, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, Henrique de Toledo Dodsworth, Joaquim Bertino de Moraes Carvalho, José de Nazaré Teixeira dias, Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo de Tarso Leal, Rafael da Silva Xavier e Theodoro Arthou.

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente Geral - ROBERTO HERMETO CORRÊA DA COSTA

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

COMISSÃO DIRETORA

Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões
Membros: Eugenio Gudin, Angelo Jorge de Souza, Janes Angelo de Souza, Julian Magalhães Chacel e Mário Henrique Simonsen.
Consultor: Jorge Kingston

DEPARTAMENTO DE ENSINO

Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Carlos Geraldo Langoni

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS

Diretor: Julian Magalhães Chacel

Divisão de Contabilidade Social

Diretor: Angelo Jorge de Souza

Centro de Contas Nacionais – Ralph Miguel Zerkowski
Centro de Estudos Fiscais - Margaret Hanson Costa
Centro de Estudos Industriais – Eden Gonçalves de Oliveira

Divisão de Estatística e Econometria

Diretor: Janes Angelo de Souza

Centro de Estudos Agrícolas – Silvio Wanick Ribeiro
Centro de Estatística Econômica – Roberto Maia de C. Abib
Centro de Processamento de Dados - Eugênio Decourt

Não sendo encontrado o destinatário, devolver ao
GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
Av. Gomes Freire. 647 — 10.º andar
ZC-58-RIO DE JANEIRO-RJ-BRASIL
Tels. 232-5001 - 232-8678 - 232-2584